CRIANÇAS PRESAS QUANDO AS FAMÍLIAS NÃO PAGAM MULTAS (USA)

Nika Knight, Common Dreams, 31/08/2016

Commondreams.org/mews/2016/08/31/debtors-prison-kids-poor-children-incarcerated-when-families-cant-pay-juvenile-court

 Muitos estados estão a enviar para a prisão crianças pobres cujas famílias não conseguem pagar multas e outras taxas. Tal é o conteúdo de um relatório publicado recentemente que mostra como as crianças são punidas pelo facto de as suas famílias serem pobres. É provavelmente uma situação inconstitucional.

Há anos que Common Dreams vem denunciando a prática de prender adultos que não conseguem pagar taxas e multas municipais ou indemnizações judiciais. Agora, o relatório do Juvenile Law Centre mostra uma análise profunda sobre a prática no seio do sistema de detenção juvenil. O título é “Debtor’s Prison for Kids? The High Cost of Fines and Fees in the Juvenile Justice System” e representa o resultado de um inquérito a 183 pessoas envolvidas, desde advogados, familiares e adultos que foram presos quando crianças em 41 estados.

Os autores descobriram que em muitos estados há uma cumulação de taxas e multas impostas às crianças e suas famílias logo que o jovem entra no Juvenile Justice System. Muita legislação estabelece que um jovem pode ser encarcerado ou perder liberdade se não conseguir pagar. Há uma miríade de maneiras pelas quais os tribunais juvenis multam as famílias e depois aprisionam as crianças quando são tão pobres que não conseguem pagar.

- Muitos estados impõem uma taxa mensal às famílias cujas crianças são sentenciadas a liberdade condicional. Se a família não consegue pagar, isso conta como uma violação da liberdade condicional e a criança é presa num estabelecimento para jovens.

- Se a criança é sentenciada a um programa alternativo ou de serviço à comunidade com objectivo de evitar a detenção, e depois reintegrá-la, as famílias têm de pagar os custos desses programas. Quando não conseguem, as crianças são presas.

- Em muitos estados, as famílias têm de pagar as avaliações decididas pelos tribunais, como testes de inteligência, drogas, álcool, saúde, etc. Se não obtiver estas avaliações, a criança pode ser presa. Se os testes forem feitos e a família não puder pagar, isso é considerado uma violação da lei e a criança é sentenciada a prisão.

- Algumas sentenças envolvem o pagamento de multa. A falha neste pagamento resulta na prisão da criança. Mesmo quando as multas não são de estatuto obrigatório, podem ser tratadas como se o fossem, na prática. Os autores descrevem o caso de uma criança pobre do Arkansas que tinha de pagar uma multa de $500 por vadiagem. Essa pessoa contou como passou três meses presa quando tinha 13 anos, por não poder pagar. Foi a tribunal sem advogado e sem a presença de nenhum familiar e nunca lhe perguntaram se podia pagar, nem lhe deram opção de redução da multa. Ele é que assumiu que ou pagava tudo ou ia preso. “O meu espírito estava orientado para deixar seguir aquilo, porque não tinha dinheiro e a minha mãe também não”.

- Quase todos os estados cobram às famílias os cuidados devidos às crianças envolvidas no sistema de justiça juvenil. Isso inclui taxas de alojamento, vestuário, cuidados físicos, mentais e outras despesas. A incapacidade de pagar pode resultar na prisão. As prisões juvenis também cobram as suas taxas (geralmente elevadas) por medicação, o que aumenta as despesas que as famílias pobres não podem pagar, chegando a interromper cuidados médicos necessários…

- Em todos os 50 estados, existe legislação que determina que, se uma criança ou família não puder pagar a restituição de prejuízos a uma vítima do crime da criança, caso vulgar nos tribunais juvenis, então a criança é presa. As prisões juvenis são frequentemente inseguras e desumanas como Common Dreams tem denunciado.

As multas decididas pelos tribunais juvenis são geralmente altas, uma média de $2000 por cada caso, como por exemplo, em Alameda County, Califórnia e para crianças detidas por períodos mais longos, as taxas podem ser muito superiores.

De facto, a dívida provoca um abismo entre a família e a criança. Por exemplo, uma avó, em face das dívidas crescentes, foi aconselhada por um funcionário a desistir da custódia do neto como forma de evitar o pagamento…

Em alguns casos, os pais enfrentam a possibilidade de também eles serem presos, se não conseguirem pagar as taxas impostas aos seus filhos. Os pais podem também enfrentar crescentes responsabilidades financeiras através da acumulação de taxas por pagar e respectivos juros. Assim, consagram cada vez menos recursos à educação, saúde e sustento das famílias.

O Supremo já deixou claro que um indivíduo não pode ser preso por falta de pagamento, sem que o tribunal averigue primeiro se tal se deve a um acto voluntário. Também decidiu que os tribunais devem considerar medidas alternativas à prisão, no caso de pessoas pobres. Apesar disso, alguns estados não querem saber se é um acto voluntário ou falta de rendimentos. O Supremo também avisa que o referido direito é mais relevante no caso de crianças.

O estudo também revela que essas multas têm poucos ou nenhuns benefícios para o estado, dada a dificuldade em cobrá-las.

O Juvenile Law Centre afirma que os decisores políticos devem estabelecer modelos mais efectivos e sustentáveis para financiar os seus sistemas judiciais, em vez de impor multas aos jovens e famílias que simplesmente não podem pagar.